



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**  
**Processo nº 005/2021**

**IDENTIFICADOR DO BANCO DO BRASIL Nº 878846**

**LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**

<b>OBJETO:</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO COM FORNECIMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICOS</b>
<b>TIPO:</b>	<b>MENOR PREÇO</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<b>MENOR TAXA ADMINISTRATIVA</b>
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<b>ABERTO E FECHADO</b>
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ:</b>	<b>30/05/2021 ATÉ ÀS 09:00 HORAS</b>
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES:</b>	<b>30/05/2021 ÀS 09:00 HORAS</b>
<b>MEIOS PARA CONSULTAS</b>	<a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a> <a href="http://www.cias.mg.gov.br">http://www.cias.mg.gov.br</a> <a href="mailto:cias.licitacao@gmail.com">cias.licitacao@gmail.com</a>
<b>FONE:</b>	<b>(31) 3277-4020</b>
<b>CARTILHA DO FORNECEDOR:</b>	Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a> , através do “link” “Introdução às Regras do Jogo”, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>	Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico.



O Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS, com endereço à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3º andares, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110, inscrito no CNPJ sob o nº 97.550.393/0001-49, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 005/2021**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2021**, do tipo **MENOR PREÇO**, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, Decreto Federal 10.024, de 20/09/2019, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Decreto Municipal nº 12.436, de 02/08/2006, Decreto Municipal nº 16.535, de 30/12/2016, Decreto Municipal nº 17.317, de 30/03/2020, e demais condições fixadas neste edital e seus anexos.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro Oficial do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, senhor Alexandre Lima Real e Equipe de Apoio, integrada pelos senhores Kaico Rodrigues Santos, Leticia Bonfim Guilherme e Amanda de Jesus Souza dos Santos, designados pela Portaria nº 04, 02 de março de 2021, através da inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de vale alimentação/refeição, com fornecimento de cartões magnéticos, conforme especificações técnicas e condições comerciais, descritas e especificadas no Anexo I deste Edital.

## 2. ÁREA SOLICITANTE

2.1. Departamento de Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS

## 3. DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

3.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária (s):

**Manutenção dos Serviços Administrativos – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica:  
07.01.01.10.122.0001.2001.3.3.90.39.00.10.1.00.00**

## 4. DAS CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Cópia deste Edital estará disponível no Setor de Licitações e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS na Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110, no site <http://www.cias.mg.gov.br> e poderá ser solicitada via e-mail: [cias.licitacao@cias.mg.gov.br](mailto:cias.licitacao@cias.mg.gov.br).

4.1. As pessoas jurídicas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no site <http://www.cias.mg.gov.br> e no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação.
- 4.2.1. Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail: [cias.licitacao@gmail.com](mailto:cias.licitacao@gmail.com), ou poderão ser enviados para o endereço do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110.
- 4.2.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão identificar-se com qualificação completa, constando, no caso de pessoa jurídica, o CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, e, no caso de pessoa física, CPF e nome completo, além de disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).
- 4.2.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.2.4. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas pelo Pregoeiro diretamente no “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessados por todos os licitantes, bem como por meio do e-mail disponibilizado.
- 4.3. Pelo e-mail disponibilizado serão encaminhadas outras informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual, os interessados devem proceder à consulta.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 5.1. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão ou por licitante até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 5.1.1. Os interessados deverão apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro.
- 5.1.2. O instrumento de impugnação, observado o prazo previsto no item 5.1 deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntando as provas que se fizerem necessárias, poderá ser enviado:
- a) para o e-mail [cias.licitacao@gmail.com](mailto:cias.licitacao@gmail.com), com remessa posterior do documento original ao Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, no endereço Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110, em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como



restritos e identificados com os dados da empresa licitante ou do cidadão e do processo licitatório; ou,

b) de modo alternativo, protocolizado em envelopes separados, lacrados, rubricados, marcados como restritos e identificados com os dados da empresa licitante ou do cidadão e do processo licitatório, no horário de 09h (nove horas) às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos), na sede do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, localizada no endereço Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG.

- 5.1.3. O Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.
- 5.1.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.
- 5.1.5. Os resultados das impugnações serão divulgados mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, além de publicadas diretamente pelo Pregoeiro no “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessados por todos os licitantes.
- 5.1.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 5.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.3. As denúncias, petições e impugnações anônimas, não identificadas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.
- 5.4. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
- 5.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.
- 6.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

- 6.3. Participarão da sessão do Pregão Eletrônico os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.
- 6.4. Para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, conforme sugestão de **modelo do Anexo VII deste Edital**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 6.5. A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 6.6. As Microempresas Empresas de Pequeno Porte poderão participar do certame, entretanto, para usufruírem do tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) deverão comprovar que estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem e enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, **(I)** por meio de declaração, emitida sob as penas da lei, constando que estão enquadradas como ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou **(II)** por meio de cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto à Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **datada em período compatível com o credenciamento.**
- 6.6.1. Os beneficiários enquadrados no item 6.6 deste título que optarem por comprovar que estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem e enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte por meio de declaração, deverão declarar sua condição, segundo sugestão de **modelo do Anexo V deste edital**. A declaração deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, desde que possua poderes expressos na carta de posição ou na procuração, para firmar declaração.
- 6.6.1.1. A declaração de que trata o item 6.6.1. deverá ser apresentada junto com o credenciamento.
- 6.6.1.2. Nos casos em que o licitante optar por comprovar o enquadramento por meio da declaração, poderá ser solicitada, em sede de diligências, o posterior envio da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto à Junta Comercial do Estado da licitante proponente, datada do período compatível com o credenciamento.
- 6.7. No caso das cooperativas, está vedada a execução de serviços pelos cooperados que configurem pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado e/ou entre o obreiro e a administração pública.
- 6.8. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas:



- 6.8.1. Que tenham, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente ou ainda membro efetivo ou substituto da direção do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS;
  - 6.8.2. Cujo quadro societário seja composto de parentes de até 3º grau de gestores públicos envolvidos no processo licitatório;
  - 6.8.3. Em processo de falência, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Especial ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
    - 6.8.3.1. Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
  - 6.8.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 6.8.5. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei 8.666, de 1993;
  - 6.8.6. Pessoas Jurídicas com sócios em comum;
  - 6.8.7. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei 8.666, de 1993;
  - 6.8.8. Estejam constituídos sob a forma de consórcio.
- 6.9. A observância dos requisitos e vedações dos subitens 6.7 e 6.8 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 6.10. Será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no subitem 6.8. mediante consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis), bem como no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

## **7. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL**

- 7.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.



- 7.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 7.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **8. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 8.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Acesso Identificado”.
- 8.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e do subsequente encaminhamento da proposta de preços concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e horário limite estabelecidos para a abertura das propostas.
- 8.2.1. O licitante deverá obrigatoriamente identificar o tipo de segmento da empresa, ficando responsável pela legitimidade e veracidade desta informação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Sala de Disputa”.
- 8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito de exercer os benefícios de desempate e preferência previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 8.4.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.4.2. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e somente será reiniciada decorridas vinte e quatro horas após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas

propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta inicial, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.1.1. **A Proposta Inicial a ser anexada deverá conter apenas o VALOR DA TAXA ADMINISTRATIVA.** O valor mensal e o valor anual do item serão exigidos apenas na Proposta Ajustada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos dos itens 12 e 13 e do Anexo III.

9.1.2. Não serão aceitos valores unitários para o(s) item(ns) que sejam superiores aos valores médios estimados na pesquisa de mercado.

9.2. As beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.

9.4. **Quando do lançamento da proposta inicial, por meio do SISTEMA ELETRÔNICO, o licitante deverá lançar APENAS UMA ÚNICA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a ser cobrada para a prestação de todo o serviço, referente ao período de 12 (doze) meses, COM DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA.**

9.4.1. **O sistema eletrônico de pregão utilizado nesta licitação só aceita lances decrescentes, em moeda nacional, e com valores maiores que zero. Como a disputa se fará pela menor taxa de administração, valorada em percentual, o lance ofertado será tomado nas seguintes condições:**

- a) o símbolo da moeda nacional(R\$) será desprezado;
- b) para efeito do lançamento e julgamento da proposta, será considerada a seguinte referência: **R\$ 100,00 (cem reais) = Taxa 0% (zero por cento).**
- c) Exemplos:
  - o licitante que desejar propor taxa de administração de **-2,30%** (dois vírgula trinta por cento negativos), lançara no sistema **R\$ 97,70** (noventa e sete reais e setenta centavos).



- o licitante que desejar propor taxa de administração **igual a zero**, lançará **R\$ 100,00** (cem reais) no sistema;

- o licitante que desejar propor taxa de administração de **0,30%** (zero vírgula trinta por cento), lançará no sistema **R\$ 100,30** (cem reais e trinta centavos).

d) O valor base para o cálculo da taxa de administração do serviço será o valor total de crédito dos vales-alimentação/refeição/lanche, não havendo alteração do referido valor independentemente da taxa de administração ou desconto ofertado.

9.4.2. **No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.**

9.4.3. **É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.**

9.5. **Aplicam-se ao serviço todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.**

9.6. **É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.**

9.7. Até o horário de abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação, bem como as propostas anteriormente inseridas no sistema.

9.8. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da efetiva entrega das propostas, podendo o licitante substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos.

9.8.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.8.1.1. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem adjudicação/convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos, salvo nos casos em que a demora para a formalização da Ata da Sessão do Pregão decorrer da análise de recursos administrativos interpostos ou de decisões judiciais.

9.8.1.2. Se, por outras razões não previstas no item anterior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação da validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no máximo, caso persista o interesse deste Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS.



- 9.8.1.3. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

9.9. O licitante poderá concorrer ao item, desde que em sua totalidade.

## **10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

- 10.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o procedimento licitatório;
  - b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas relativas ao edital e seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
  - c) abrir e conduzir a sessão pública;
  - d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
  - e) conduzir a etapa de lances;
  - f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
  - g) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
  - h) declarar o vencedor do certame;
  - i) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
  - j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
  - k) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
  - l) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 10.2. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 10.3. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico

## **11. DOS PROCEDIMENTOS**

- 11.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.
- 11.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 11.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 11.4. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.
- 11.4.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor da taxa administrativa, conforme item 9.4.**
- 11.4.2. Não serão aceitos valores unitários para os itens que sejam superiores aos valores médios estimados na pesquisa de mercado ou em desacordo com este Edital.
- 11.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.7. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por participante, vedada a identificação do detentor do lance
- 11.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 11.9. O intervalo entre os lances enviados não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 11.10. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os licitantes das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três,



oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 11.13. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um **único** lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 11.13.1. Encerrado esse prazo o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.
- 11.13.2. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 11.13.
- 11.14. O sistema anunciará o arrematante, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.
- 11.15. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, após a disputa de o(s) item(ns), o Sistema Eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos.
- 11.15.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas eletrônicas apresentadas pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por empresa beneficiária.
- 11.16. Nas hipóteses de desclassificação ou inabilitação do então arrematante, o pregoeiro **verificará a ocorrência de nova situação de empate**, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da **Lei Complementar nº 123/2006**, procedendo da seguinte forma:
- a) convocação para realização de sessão pública, eletrônica, via “chat” de mensagem onde será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos**, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos pelo pregoeiro, diretamente no “chat” de mensagem do sistema eletrônico;
  - b) a não apresentação de proposta no prazo estipulado na sessão pública implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada



a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto na alínea anterior.

- 11.17. Encerrada a etapa de lances, bem como todos os procedimentos relativos à situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.18. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo máximo de 3 (três) horas, envie a proposta ajustada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.18.1. Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.
- 11.18.2. Caso alguma certidão exigida para habilitação esteja vencida no sistema, o Pregoeiro poderá, em sede de diligência, buscar a certidão correspondente através do sítio oficial.
- 11.18.2.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de prazo máximo de 3 (três) horas, documento complementar válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 11.19. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital.
- 11.20. Na hipótese de não ocorrência de lances durante a sessão e caso haja equivalência dos valores das propostas apresentadas será realizado sorteio para classificação das propostas, observando-se na sequência o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.21. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 o



prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

- 11.21.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no subitem 11.21 dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.
- 11.21.2. O requerimento deverá ser apresentado dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.
- 11.21.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

## **12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA**

- 12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
  - 12.1.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
    - 12.1.1.1. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
    - 12.1.1.2. Não se refira à integralidade do objeto;
    - 12.1.1.3. Não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;
    - 12.1.1.4. Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93
  - 12.1.2. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.
  - 12.1.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

- 12.1.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 12.1.5. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:
- 12.1.5.1. Planilha de custos elaborada pelo licitante, sujeita a exame pela Administração;
  - 12.1.5.2. Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
  - 12.1.5.3. Confirmada a inexequibilidade, e com a finalidade de tornar mais eficiente o certame, o pregoeiro poderá convocar os licitantes para a apresentação de novos lances.
- 12.1.6. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções administrativas, pela não manutenção da proposta, sem prejuízo de outras sanções, inclusive aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993.
- 12.2. Se todas as Propostas forem desclassificadas ou se todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ocasionaram as desclassificações ou as inabilitações, concordando com o art. 48, § 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 12.2.1. Considera-se inabilitados aqueles licitantes que não atenderam os requisitos de habilitação, em que se analisa a capacidade jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação técnica e a qualificação econômico financeira da proponente, tomando os parâmetros que foram exigidos no presente edital.
  - 12.2.2. Considera-se desclassificadas as propostas que não esteja em conformidade ao estabelecido neste Edital.
- 12.3. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Equipe de Apoio.
- 12.4. Os erros, equívocos e omissões havidos nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
- 12.5. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.



- 12.6. Todos os valores de referência das variáveis da proposta comercial foram levantados com base em pesquisas de mercado e/ou histórico de preços praticados pela Administração Pública.
- 12.7. **No certame será analisado o valor unitário de cada item/produto que compõe o lote, portanto, quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item/produto.**
- 12.7.1. **Não serão aceitos valores unitários para os itens que sejam superiores aos valores médios estimados na pesquisa de mercado.**
- 12.8. A proposta de preços deverá conter:
- 12.8.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 12.8.2. modalidade e número da licitação;
- 12.8.3. especificação detalhada do objeto licitado, conforme este edital e anexos;
- 12.8.4. O preço mensal e anual do item e valor da taxa administrativa;
- 12.8.4.1. Os valores unitário, mensal e anual devem ser apresentados em moeda nacional, em algarismo e por extenso com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 12.8.4.2. O valor da taxa administrativa deve ser apresentado em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 12.8.4.3. Os valores mensal e total devem ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.
- 12.8.4.4. Quando a divisão do valor total pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário e/ou mensal deverão ser adequados ao limite de duas casas decimais. O valor total obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado;
- 12.8.4.5. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias corridos e devem cobrir todas as despesas inerentes ao objeto licitado, como deslocamento, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a contratação.
- 12.8.4.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros.



12.8.4.6.1. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações aqui contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.12. **Juntamente com a proposta de preços a empresa arrematante deverá apresentar:**

12.12.1. Declaração, emitida sob as penas da lei, constando que estão enquadradas como ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, se Microempresa ou Empresa de pequeno porte, ou Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto à Junta Comercial do Estado, nos termos do item 6.6 deste Edital.

12.12.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme **modelo Anexo VI**.

12.12.3. As cooperativas deverão apresentar, além das declarações constantes dos subitens 12.12.1 e 12.12.2, modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas no art. 10, da Instrução Normativa nº 5/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.

12.13. **Só** serão aceitos um preço e uma marca para cada item/produto.

### **13. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

13.2. Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relacionada abaixo:

13.2.1. **Habilitação Jurídica:**

13.2.1.1. Cédula de Identidade, CNH ou outro documento equivalente do Sócio Administrador



- 13.2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 13.2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 13.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 13.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 13.2.1.6. O ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverá prever objeto social compatível ao(s) objeto(s) licitado(s).
- 13.2.1.7. Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

13.2.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 13.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 13.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 13.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 13.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da



República, firmada pelo seu representante legal de que está cumprindo o disposto no referido dispositivo legal e na forma do art. 27, inciso V da Lei nº 8.666/93, conforme **modelo do Anexo IV**.

- 13.2.2.7. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo da habilitação, na forma do §2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, firmada pelo representante legal da licitante, conforme **modelo do Anexo VIII**.
- 13.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 13.2.2.9. Tratando-se de licitantes reunidos em cooperativa será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:
  - 13.2.2.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
  - 13.2.2.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 13.2.2.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 13.2.2.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
  - 13.2.2.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - 13.2.2.9.6. Além dos supramencionados documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa deverão ser apresentados os seguintes documentos:
    - a) ata de fundação;
    - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

### 13.2.3. **Qualificação Técnica:**

13.2.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.2.3.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.2.3.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foram prestados os serviços.

13.2.3.1.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) O atestado deverá estar emitido em papel timbrado do Órgão ou da Empresa que o expediu, ou deverá conter carimbo do CNPJ do mesmo ou outra informação que permita a devida identificação do emitente;
- b) Serão aceitos atestados de capacidade técnica em que o serviço prestado tenha sido realizado por matriz e/ou filial do licitante, devendo constar o nome da empresa e CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante;
- c) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante.

13.2.3.2. Tratando-se de licitantes reunidos em cooperativa, serão observadas as seguintes exigências:

13.2.3.2.1. Ateste que deve restringir ao percentual de participação financeira ou à parcela de serviços executados atribuíveis única e exclusivamente à empresa dele integrante, apta a comprovar a participação percentual da licitante.

13.2.3.3. Comprovação, mediante relação escrita, que possui as quantidades mínimas de estabelecimentos credenciados nas cidades relacionadas no **RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRITIVO PARA CONTRATAÇÃO (ANEXO I)**, assim como está credenciada ao serviço de alimentação e refeição por aplicativo

13.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

13.2.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.  
a) Na hipótese em que a Certidão for positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

13.2.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período do IGP-DI da FGV, ou outro indicador que o venha substituir.

13.2.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.2.4.2.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

13.2.4.2.3. Se necessário à atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

13.2.4.2.4. Serão considerados na “forma da lei” o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:  
a) publicados em Diário Oficial; ou  
b) publicados em jornal; ou

- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da Sede ou domicílio do licitante; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

13.2.4.2.5. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – é indispensável.

13.2.4.2.6. Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC}$$
$$\text{Liquidez Geral} = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$
$$\text{Solvência Geral} = \frac{AT}{PC + ELP}$$

LEGENDA:

AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável à Longo Prazo  
PL = Patrimônio Líquido  
AT = Ativo Total  
ELP = Exigível à Longo Prazo

13.2.4.2.7. Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **MAIORES** que 1,0(um), analisados individualmente.

13.2.4.2.8. Caso o licitante não alcance, nos cálculos dos índices financeiros, os resultados necessários exigidos no subitem 13.2.4.2.7, este deverá apresentar **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor total orçado para a contratação do objeto licitado.

- 13.2.4.2.9. A demonstração dos índices econômico-financeiros deverá ser feita através de memória de cálculo, apresentado em papel timbrado e assinado pelo Contador da empresa, com o devido carimbo do Conselho Profissional.
- 13.3. **A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título ou a sua ausência, inabilitará o licitante.**
- 13.4. **As certidões e/ou documentos apresentados cujo prazo de validade esteja expirado acarretarão a inabilitação do licitante.**
- 13.4.1. As certidões que não possuem prazo de validade expresso, somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para a Sessão Pública.
- 13.4.2. Para fins de habilitação, os demais documentos, com exceção dos citados no subitem 13.6.1 (certidões), que não possuem prazo de validade deverão possuir data de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de abertura do pregão.
- 13.5. Não se enquadram no subitem 13.6.1 e 13.6.2 os documentos e certidões que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.
- 13.6. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 13.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
  - b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
  - c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
  - d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 13.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



13.10. O pregoeiro poderá solicitar, ao licitante, documentos complementares, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

13.10.1. Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

13.10.2. Caso alguma certidão exigida para habilitação esteja vencida no sistema, o Pregoeiro poderá, em sede de diligência, buscar a certidão correspondente através do sítio oficial, observado o disposto no item 11.18 deste Edital.

13.11. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.

13.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 11.21.

#### **14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

14.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, POR MEIO DA MENOR TAXA ADMINISTRATIVA, AFERIDA NOS TERMOS DO ITEM 9.4 DESTA EDITAL**, observadas as demais exigências deste edital e seus anexos.

14.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

#### **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.

15.1.1. A manifestação a que se refere o subitem anterior deverá ser motivada e efetivada através do botão virtual “intenção de recurso” do sistema eletrônico

15.1.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 15.2. Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal, nem os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.
- 15.3. Será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 15.3.1. Os pedidos de vista deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, para o e-mail: [cias.licitacao@gmail.com](mailto:cias.licitacao@gmail.com), ou poderão ser entregues no endereço do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, à Rua Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110, onde se dará vistas presencialmente.
- 15.4. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.6. As razões do recurso e as contrarrazões, quando propostas, poderão ser entregues via INTERNET, para o e-mail [cias.licitacao@gmail.com](mailto:cias.licitacao@gmail.com) ou ainda, presencialmente ou por correio no Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS, à Rua Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, BH/MG, CEP 31.130-110.
- 15.7. As respostas serão disponibilizadas diretamente no “site” [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo “mensagens”, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessados por todos os licitantes.
- 15.8. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.8.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 15.8.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.8.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 15.9. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos de habilitação, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



## 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

## 17. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. Homologada a licitação, será firmado contrato com o licitante vencedor do presente pregão nos termos da **minuta de contrato constante do Anexo IX** parte integrante deste edital, que conterà, dentre suas cláusulas, as de prazo e local de execução do(s) serviço(s), condições de recebimento, condições de pagamento, obrigações da **CONTRATADA** e obrigações do **CONTRATANTE**.
- 17.2. A assinatura do contrato pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
  - 17.2.1. A **CONTRATADA** se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
  - 17.2.2. A **CONTRATADA** reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
  - 17.2.3. É condição para a contratação a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.
  - 17.2.4. Na hipótese de irregularidade na habilitação, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 17.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
  - 17.3.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

- 17.3.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**.
- 17.3.3. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela **CONTRATADA** antes da celebração do termo aditivo respectivo e constará do termo aditivo.
- 17.4. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.
- 17.4.1. Para sua prorrogação, caso seja necessária, serão observados os seguintes requisitos:
- a) O serviço tenha sido prestado regularmente;
  - b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - c) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
  - d) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;
  - e) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação.
- 17.5. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.6. O prazo para a assinatura do contrato será de no máximo até 03 (três) dias úteis, contados da respectiva convocação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 17.6.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no mesmo prazo, a contar da data de seu recebimento.
- 17.7. A recusa em formalizar o ajuste, nos prazos estabelecidos no subitem 17.6 e 18.1.1, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da Lei nº 10.520/2002.



- 17.8. As despesas com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais correrão por conta da **CONTRATANTE**.
- 17.9. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 17.10. Quando da assinatura do Contrato, a Adjudicatária também deverá:
- a) Documento que comprove que atenda aos requisitos mínimos da rede credenciada.
    - a.1) A relação escrita dos estabelecimentos deverá conter os seguintes dados: Nome Fantasia, razão social, CNPJ, endereço, nome e contato de telefone do representante do estabelecimento, bem como documentação que comprove que sua participação da rede credenciada da licitante.
      - a.1.1) Entende-se por estabelecimento comercial “todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”, conforme art. 1.142 do Código Civil.
      - a.1.2) Para fins deste objeto, serão considerados pontos comerciais, filiais e franquias de mesmo estabelecimento, ainda que possua diferentes CNPJ e endereços, apenas como um único estabelecimento na contagem de rede credenciada.
  - b) Comprovação, se houver contratação de sociedade cooperativa, na fase de eventual contratação, de que a gestão operacional do serviço será executada de forma compartilhada ou em rodízio, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666/1993, de forma que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. A **CONTRATADA** deverá atender às convocações para assinatura dos instrumentos mencionados no Termo de Referência e para retirada da(s) Ordem(ns) de Serviço ou de outro instrumento equivalente à Ordem(ns) de Serviço.
- 18.1.1. O prazo para atendimento das convocações será de no máximo até 03 (três) dias úteis, contados da respectiva convocação.
  - 18.1.2. Em caso de recusa em assinar os instrumentos necessários, será devido pelo infrator multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, sem prejuízo de possível cancelamento dos instrumentos mencionados no Termo de Referência e da(s) Ordem(ns) de Serviço ou de outro instrumento equivalente.

- 18.1.3. Em caso de recusa em aceitar e/ou retirar autorização de fornecimento, nota ordem de serviço ou outro instrumento equivalente, será devido pelo infrator multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do instrumento recusado.
- 18.2. A **CONTRATADA** deverá, sendo necessário, reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da convocação/notificação.
- 18.2.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não.
- 18.2.2. Não será devido pagamento pelo período de paralisação prestação dos serviços e/ou do fornecimento contratado por culpa da **CONTRATADA**.
- 18.2.2.1. O pagamento devido, neste caso, será proporcional ao serviço efetivamente executado.
- 18.2.2.2. O prazo para pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 18.3. Não sendo realizadas as correções no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis previsto no item 18.2 e/ou no prazo convencionado com o **CONTRATANTE** previsto no item 18.2.1, inicia-se o período considerado como atraso injustificado por parte da **CONTRATADA**, **sujeitando a multa abaixo indicada**, até o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- 18.3.1. Com fundamento no artigo 86 da Lei nº 8.666/93, por atraso injustificado na execução do contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito à multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso até o limite de 9,9%, correspondente a até 10 (dez) dias corridos de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente valor mensal, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.
- 18.3.2. Somente se configurará atraso injustificado na execução do contrato, quando as incorreções foram sanáveis e a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e obrigações contratuais que não gerem inexecução total ou parcial do contrato, e que cuja contratação ainda traga vantagens à administração pública (**CONTRATANTE**);
- 18.4. Transcorridos mais de 10 (dez) dias corridos após o término do prazo máximo previsto no item 18.2 ou do prazo convencionado previsto no item 18.2.1, estará configurada inexecução parcial do contrato.
- 18.5. Configurar-se-á a **inexecução parcial** do contrato, os descumprimentos contratuais que não configurarem inexecução total ou atraso injustificado.

- 18.6. Configurar-se-á a **inexecução total** do contrato, quando a **CONTRATADA**:
- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 05 (cinco) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;
  - b) Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
  - c) Incurrer em inexecução parcial por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 18.7. Nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, pela **inexecução parcial ou total do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:
- 18.7.1. Advertência por escrito.
  - 18.7.2. Multas, conforme os seguintes valores:
    - a) **Na hipótese de inexecução parcial do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de rescisão contratual em caso de reincidência.
    - b) **Na hipótese de inexecução total do objeto**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e rescisão contratual.
      - 18.7.2.1. Na hipótese de conduta continuada, a sanção pecuniária maior absorve a menor.
      - 18.7.2.2. A multa prevista nas alíneas “a” e “b” deste item 18.7.2 não poderão exceder a soma dos valores mensais a receber até o termo final do contrato.
  - 18.7.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do **CONTRATANTE** por prazo não superior a dois anos;
  - 18.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;
- 18.8. Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à **CONTRATADA**.

- 18.8.1. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 18.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 18.10. Na aplicação de todas as penalidades, deverão ser observados e garantidos à **CONTRATADA** os princípios do contraditório e da ampla defesa, dispostos no art. 5º, inciso LV da Constituição da República de 1988.
- 18.11. Os prazos para defesa em razão da abertura do processo administrativo punitivo e para o recurso contra a efetiva aplicação das penalidades serão de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da respectiva notificação.
- 18.12. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exige a **CONTRATADA** da plena execução do objeto contratado.
- 18.13. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.
- 18.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 19. DO PAGAMENTO

- 19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas neste item 19 e no Termo de Referência, **Anexo II** deste Edital.

O pagamento será realizado mensalmente, pelo **CONTRATANTE**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização.

- 19.1.1. No campo para descrição na Nota Fiscal/Fatura deverá ser informado o número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento, como os dados bancários para depósito, fazendo constar o Banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso a empresa opte por esta forma de pagamento e mês de referência.
- 19.1.2. Em caso de pagamento via boleto, este deverá ser enviado juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.

- 19.1.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço prestado, indicando o(s) marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 19.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o prazo para pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- 19.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.
- 19.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.4. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.
- 19.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao Fisco.
- 19.6. Será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** irregular junto ao Fisco, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**.
- 19.7. Considera-se pagamento em atraso, o pagamento efetuado 31 (trinta e um) dias após o recebimento dos serviços objeto do presente contrato, salvo eventuais suspensões em razão da hipótese prevista no item 19.3.
- 19.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**,



encargos moratórios na base de juros de 1% a.m, capitalizados diariamente em regime de juros simples, acrescidos de multa de 1 % da fatura em atraso.

19.9. Para fins de atualização financeira será utilizada a tabela do IPCA-E dos valores a serem pagos, desde o dia da entrega das Notas Fiscais de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

19.9.1. O valor atualizado será calculado pela fórmula:  $V = I/30 \times N \times VP$ , onde: V = Valor devido; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = IPCA-E e VP = Valor da prestação em atraso.

## 20. DA EXECUÇÃO

20.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

20.2. A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA**, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. A **CONTRATADA** não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

20.4. A **CONTRATADA** deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

20.5. A **CONTRATADA** não poderá:

20.5.1. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**;

20.5.2. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do **CONTRATANTE**.

20.6. Sendo cooperativa adjudicatária na licitação, para fins de contratação, será verificado como os serviços acessórios (de manutenção) serão prestados, exigindo das sociedades em eventual contratação, comprovantes da relação que fora estabelecida entre a cooperativa e os terceiros que prestarem os serviços. Não podendo essa relação perpassar – sob nenhuma hipótese – por características de subordinação e habitualidade (art. 3º da CLT).

## 21. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 21.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde serão observadas as determinações que se seguem.
- 21.2. O Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 21.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 21.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do **CONTRATANTE**;
- 21.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do **CONTRATANTE**, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o **CONTRATANTE** dos benefícios da competição livre e aberta;
- 21.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- 21.2.5. “prática obstrutiva” significa:
- 21.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do **CONTRATANTE** ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
- 21.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do **CONTRATANTE** ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.
- 21.3. O Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.



- 21.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 22.1. O Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- 22.2. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 22.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do pedido de serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.4. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 22.5. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.
- 22.6. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 22.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do fornecimento.
- 22.8. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no art. 109, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93. .
- 22.9. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 22.10. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.



- 22.11. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes “Documentação de Habilitação” de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.
- 22.12. Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 22.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte.
- 22.14. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 22.15. São partes integrantes deste edital:
- Anexo I – Relatório Técnico-Descritivo para Contratação;
  - Anexo II – Termo de Referência;
  - Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
  - Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
  - Anexo V – Modelo de Declaração de Beneficiário da Lei Complementar Nº 123/2006;
  - Anexo VI – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
  - ANEXO VII - Modelo de Declaração de atendimento ao Art. 4º, VII, da Lei 10.520/02
  - ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
  - Anexo IX – Minuta do Contrato;
  - Anexo X – Termo de Conciliação Judicial.

Belo Horizonte, ..... de ..... de 2021

---

Diran Rodrigues de Souza Filho  
**Secretário Executivo**  
**Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS**



## ANEXO I - RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRIPTIVO PARA CONTRATAÇÃO

<b>Área requisitante:</b>	Gerência de Recursos Humanos
<b>Objeto:</b>	Prestação de serviço de gerenciamento de Vales Refeição e Vale Alimentação, com fornecimento na forma de cartões magnéticos, com chip de segurança.

### 1. INTRODUÇÃO

Visa o presente Relatório Técnico detalhar os elementos necessários à contratação de empresa especializada no gerenciamento de Vales Refeição e Vale Alimentação, com fornecimento na forma de cartões magnéticos, com chip de segurança, utilizáveis em estabelecimentos comerciais credenciados que atendam às condições, quantitativos e especificações mínimas estabelecidas, para atendimento aos funcionários do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde.

### 2. JUSTIFICATIVA

A presente licitação visa à contratação de empresa especializada no gerenciamento de vale alimentação e refeição, com fornecimento por meio de cartão eletrônico, disponibilizados pela contratada e destinados à aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeições em estabelecimentos comerciais, para serem utilizados pelos funcionários (efetivos, celetistas, comissionados e designação temporária) do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde. A contratação visa colaborar com melhores condições de alimentação de todos os funcionários do CIAS, favorecendo, assim, o bem-estar e a saúde, sendo que a opção por fornecer o benefício, em forma de cartão, objetiva facilitar a sua gestão e a operacionalização.

Cumprir destacar, que na 13ª Assembleia Extraordinária, de 07 de fevereiro de 2019, discutiu-se a respeito do vale alimentação e/ou refeição, e aberta a votação, os municípios consorciados entenderam pela manutenção da concessão do benefício, desse modo, a presente licitação visa também atender a deliberação plenária. Destaca-se que na última Assembleia Geral deste Consórcio, realizada em 30/03/2021, o valor do vale foi reajustado de R\$ 14,00 para R\$ 22,00.

Conceder vale alimentação e/ou refeição é uma forma de valorizar o trabalhador e, sobretudo, de garantir a saúde e o bem estar, considerando que ao conceder benefício o Consórcio garante o acesso de seus funcionários a uma alimentação saudável, o direito humano a um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais, o que conseqüentemente refletirá na qualidade do serviço por eles prestados.

Para que se promova o benefício é necessário que cada funcionário tenha acesso à locais adequados, próximos ao local de trabalho e ao longo do trecho operacional ou às respectivas residências, conforme as suas conveniências, de forma que os seus gastos com refeições, alimentação e locomoção para tais finalidades sejam os menores possíveis. Desse modo, o cartão refeição e alimentação, além de cumprir seu caráter social, contribuirá de forma definitiva para que os funcionários do CIAS realizem refeições nos mais variados locais da rede credenciada da futura



CONTRATADA, com qualidade, e custos os mais reduzidos possíveis, atendendo assim, ao princípio da variedade, norteador de uma boa alimentação e saúde.

A contratação dar-se-á pela modalidade pregão, visto que trata-se de uma prestação de serviços de vale alimentação, portanto, de um serviço comum, de caráter continuado, sendo este, rotineiro e permanente, a fim de assegurar a integridade do serviço ofertado pelo CIAS aos seus funcionários

### **3. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Das Modalidades do Benefício:**

3.1.1. O vale alimentação deverá possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos credenciados, como, por exemplo, hipermercados, supermercados, mercados, empórios, armazéns, mercearias, açougues, hortifrutis, peixarias e padarias.

3.1.2. O vale refeição deverá possibilitar a aquisição de refeições e lanches prontos em estabelecimentos credenciados como, por exemplo, restaurantes, lanchonetes e padarias.

#### **3.2. Dos Créditos:**

3.2.1. Os créditos deverão ser disponibilizados nos cartões no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento da solicitação por parte do Consórcio, possibilitando em caráter emergencial recarga no mesmo dia.

3.2.2. Os créditos referentes ao valor aprovado serão disponibilizados mensalmente, podendo o valor total ser dividido, por refeição e alimentação, sendo possível o valor integral alternar de uma modalidade para a outra mensalmente, de acordo com a solicitação do Consórcio, exemplo:

- 100% Refeição
- 100% Alimentação
- 50% Alimentação e 50% refeição

3.2.3. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os colaboradores deste Consórcio em hipótese alguma sejam prejudicados.

a) Em caso de imprevistos por gerenciamento, cancelamento ou erro sistêmico ou humano na data de agendamento dos créditos, a licitante vencedora deverá disponibilizar um serviço on-line de creditação para que o beneficiário não fique prejudicado.

#### **3.3. Dos Cartões:**

3.3.1. Os cartões deverão ser do tipo cartão eletrônico magnético com chip de segurança ou tarja magnética, recarregável mensalmente, por meio de arquivo eletrônico, de acordo com as quantidades solicitadas pelo Consórcio, personalizado, com nome do colaborador e do contratante, numeração de identificação sequencial protegido contra roubo e extravio, por meio de senha



individual, e conter dados de contato com a Central de Atendimento da Administradora do Cartão, tais como número de telefone e/ou website.

3.3.2. A validade do Cartão não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

3.3.3. A CONTRATADA deverá encaminhar ao departamento pessoal os cartões em envelope lacrado, com manual básico de utilização, devidamente reconhecidos e funcionando, no endereço Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3º andar, Bairro Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG, no horário comercial, conforme solicitado pelo Consórcio em até de 3 (três) dias úteis, para os cartões iniciais, contados da entrega da listagem com os dados dos empregados, e em até 5 (cinco) dias úteis os cartões provenientes de perda, roubo, furto e danificado (segunda via).

a) A licitante vencedora deverá refazer, sem ônus para a CONTRATANTE, os cartões magnéticos que apresentem erro de emissão ou problemas de qualidade.

b) A licitante emitirá segunda via do cartão, em caso de roubo ou furto, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE e seus usuários.

c) Em caso de perda, ou outro motivo que não esteja abarcado pelas hipóteses acima, será cobrado o valor de R\$5,00 (cinco reais) para a emissão da segunda via, que deverá ser cobrado, automaticamente, do usuário na forma de débito na recarga do mês subsequente a perda.

3.3.4. A CONTRATADA deverá garantir o bloqueio do cartão, em casos de perda, furto ou extravio, preservando o valor do benefício do usuário, imediatamente após a comunicação efetuada pelo departamento pessoal ou representante indicado.

a) Solicitações de segunda via do cartão só poderão ser realizadas pelo departamento pessoal ou representante indicado;

3.3.5. A emissão de novos cartões poderá ser solicitada pelo Consórcio, sem qualquer ônus, no caso de novas contratações e/ou demissões;

3.3.6. A licitante vencedora será responsável, sem quaisquer ônus para a contratante, pela reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados, roubados ou clonados, bem como, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência, efetuada por representante indicado pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde, e creditá-lo a favor do beneficiário, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação.

3.3.7. Todas as transações eventualmente autorizadas com a utilização de cartões clonados deverão ser anuladas logo após sua confirmação, sendo que, na hipótese de terem sido pagas, os valores respectivos terão de ser ressarcidos ao erário pela contratada sem custos adicionais para o Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde.

#### 3.4. Dos Serviços:

3.4.1 A licitante vencedora deverá dispor de meio eletrônico e/ou telefônico para consulta de saldo disponível pelo usuário do cartão magnético e esclarecimentos de dúvidas relativas à utilização do benefício, bem como de software de gerenciamento dos créditos para o gestor do contrato.

a) A licitante vencedora deverá disponibilizar uma Central de Atendimento para desbloqueio e bloqueio do cartão por parte do usuário;

b) A licitante vencedora deverá disponibilizar uma funcionalidade sistêmica de cadastramento, solicitação e emissão de novos cartões;

3.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer um treinamento de utilização do software de gerenciamento de crédito ao gestor do contrato e/ou responsável do Departamento de Pessoal, suporte para a implementação e operacionalização da tecnologia empregada, e disponibilizar um representante à disposição da CONTRATANTE para quaisquer eventualidades.

3.4.3 A licitante vencedora deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços, para os beneficiários dos cartões:

- Consulta de saldo e extrato dos cartões eletrônicos;
- Consulta da rede de estabelecimentos credenciados;
- Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano pela internet ou através de central telefônica (funcionamento em dias úteis em horário comercial);

3.5. Da rede credenciada:

3.5.1. A licitante vencedora deverá comprovar, mediante relação escrita, que possui as quantidades mínimas de estabelecimentos credenciados nas cidades relacionadas abaixo, assim como está credenciada ao serviço de alimentação e refeição por aplicativo, devendo a relação ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia útil após assinatura do contrato:

3.5.1.1. Fica estabelecido como parâmetro, através de pesquisa de mercado com 3 (três) fornecedores de mesma natureza, a saber VR, TICKET e LECARD, o quantitativo mínimo de estabelecimentos de rede credenciada por município para os cartões alimentação e refeição, de acordo com quadro abaixo:

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE MÍNIMA DE ESTABELECEMENTOS CREDENCIADOS.	
	ALIMENTAÇÃO	REFEIÇÃO
Abaeté	4	1
Belo Horizonte	170	277
Contagem	27	45
Caeté	4	2
Lagoa Santa	9	10
Mariana	28	18
Ouro Preto	27	21
Ribeirão das Neves	15	15
Sabará	10	8
Santa Luzia	17	20
Sete Lagoas	14	22



Nova Lima	1	6
-----------	---	---

3.5.1.2. O Consórcio poderá inserir outros locais, sempre dentro do perímetro de abrangência dos Municípios que subscrevem o seu Protocolo de Intenções.

3.5.3. A licitante vencedora deverá comprovar, na assinatura do contrato, mediante relação escrita, que possui rede de estabelecimentos credenciados que atendam ao quantitativo mínimo estabelecido no item 3.5.1 deste Termo de Referência;

3.5.3.1. Em caso de não cumprimento do quantitativo estipulado, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar o credenciamento necessário para atender o quantitativo solicitado.

3.5.3.2. A relação escrita dos estabelecimentos deverá conter os seguintes dados: Nome Fantasia, razão social, CNPJ, endereço, nome e contato de telefone do representante do estabelecimento, bem como documentação que comprove que sua participação da rede credenciada da licitante.

3.5.4. Entende-se por estabelecimento comercial “todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”, conforme art. 1.142 do Código Civil.

3.5.5. Para fins deste objeto, serão considerados pontos comerciais, filiais e franquias de mesmo estabelecimento, ainda que possua diferentes CNPJ e endereços, apenas como um único estabelecimento na contagem de rede credenciada.

#### **4. DOS ITENS E DO QUANTITATIVO**

4.1. Com base à proposta de manutenção do vale alimentação / vale refeição fornecido aos funcionários do Consórcio na ata da 13ª Assembleia Extraordinária, de 07 de fevereiro de 2019, o benefício será inicialmente concedido no valor de R\$22,00 (vinte e dois reais) por dia efetivamente trabalhado, para cada funcionário contratado, conforme previsto no Protocolo de Intenções. O valor do benefício poderá ser reajustado durante a vigência contratual.

4.2. Tendo em vista o cenário atual do quadro de pessoal e de funções/cargos do Consórcio, o benefício será concedido à 140 colaboradores, em um único item, de acordo com a demanda para novas contratações, sem qualquer ônus para o Consórcio.

4.2.1. Cada colaborador terá direito a um cartão vale alimentação e/ou um cartão vale refeição, de acordo com demanda individual, podendo assim, corresponder o estimado ao mínimo de 140 (cento e quarenta) e máximo de 280 (duzentos e oitenta) cartões magnéticos (dois por funcionário).

4.2.2. Considerando que parte da equipe trabalha em regime de plantão, o quantitativo anual médio de dias em que será devido vale alimentação/refeição será de 29.688, (vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e oito), com um valor médio mensal de pagamento de R\$ 54.428,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais) e valor médio anual de pagamento de vale alimentação/refeição de R\$ 653.136,00 (seiscentos e cinquenta e três mil cento e trinta e seis reais).

Abaixo, planilha com os quantitativos apurados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD DE PESSOAL	VALOR DO VALE POR DIA	QNTD MÉDIA ANUAL DE DIAS PAGOS	VALOR MÉDIO MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO ANUAL DO BENEFÍCIO
1	Gerenciamento de vale alimentação/refeição com fornecimento de cartões magnéticos	140	R\$ 22,00	29.688	R\$ 54.428,00	R\$ 653.136,00

4.3. O descritivo do quantitativo completo do item encontram-se no **DESCRIPTIVO DO QUANTITATIVO DOS ITENS**, abaixo:

### DESCRIPTIVO DO QUANTITATIVO DOS ITENS

#### I.A - QUANTITATIVO SAMU

Pessoal SAMU Ouro Preto								
CARGOS	QUANT DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (SEMANAL)	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
Médico	8	24 Horas	R\$ 22,00	8	10	80	960	R\$21.120,00
Enfermeiro	8	24 Horas	R\$ 22,00	8	10	80	960	R\$21.120,00
Técnico de Enfermagem	16	12x36 Horas	R\$ 22,00	16	16	256	3072	R\$67.584,00
Condutor Socorrista	13	12x36 Horas	R\$ 22,00	13	16	208	2496	R\$54.912,00
Auxiliar Administrativo	1	40 Horas	R\$ 22,00	1	22	22	264	R\$5.808,00
Auxiliar de Serviços Gerais	3	12x36 Horas	R\$ 22,00	3	16	48	576	R\$12.672,00
	<b>49</b>			<b>49</b>	<b>90</b>	<b>694</b>	<b>8328</b>	<b>R\$183.216,00</b>

Pessoal SAMU Mariana								
CARGOS	QUANT DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (SEMANAL)	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
Técnico de Enfermagem	8	12x36 Horas	R\$ 22,00	8	16	128	1536	R\$ 33.792,00
Condutor Socorrista	4	12x36 Horas	R\$ 22,00	4	16	64	768	R\$ 16.894,00
	<b>12</b>			<b>12</b>	<b>32</b>	<b>192</b>	<b>2304</b>	<b>R\$50.688,00</b>

Pessoal SAMU Caeté								
CARGOS	QUANT DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (SEMANAL)	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
Enfermeiro	1	12x36 Horas	R\$ 22,00	1	22	22	264	R\$ 5.808,00
Técnico de Enfermagem	5	12x36 Horas	R\$ 22,00	5	16	80	960	R\$ 21.120,00
	<b>6</b>			<b>6</b>	<b>38</b>	<b>102</b>	<b>1224</b>	<b>R\$26.928,00</b>

Pessoal SAMU Sabará								
CARGOS	QUANT DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (SEMANAL)	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
Técnico de Enfermagem	8	12x36 Horas	R\$ 22,00	8	16	128	1536	R\$ 33.792,00
Condutor Socorrista	4	12x36 Horas	R\$ 22,00	4	16	64	768	R\$ 10.752,00
	<b>12</b>			<b>12</b>	<b>32</b>	<b>192</b>	<b>2304</b>	<b>R\$ 32.256,00</b>

Pessoal SAMU Belo Horizonte								
CARGOS	QUANT DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO (SEMANAL)	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
Médico	7	24 horas Semanais	R\$ 22,00	7	10	70	840	R\$18.480,00
TARM	20	36 horas Semanais	R\$ 22,00	20	25	500	6000	R\$132.000,00
	<b>27</b>			<b>27</b>	<b>35</b>	<b>570</b>	<b>6840</b>	<b>R\$150.480,00</b>

TOTAL SAMU				QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA (PLANTÃO DE 12 HORAS)	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
				<b>106</b>	<b>227</b>	<b>1750</b>	<b>21000</b>	<b>R\$ 462.000,00</b>



## I.B - QUANTITATIVO CIAS – ADM

CIAS						
CARGOS	VALOR DO VALE	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA.	QUANT REFEIÇÕES ANO	VALOR REFEIÇÃO MÊS	TOTAL VALOR ANUAL
Secretário Executivo	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência Financeira	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Compras	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Almojarifado	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Coordenação de Gestão e Suprimentos	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão Financeiro	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Enfermagem	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Assessoria Técnica/ Administrativa	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Assessoria Controle Interno	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Faturamento	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Coordenação de Planejamentos e Projetos	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Patrimônio	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Coordenação Financeira/ Contábil	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Compras	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Patrimônio	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Assessoria Jurídica	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência Contábil	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Recursos Humanos	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Coordenação de Atenção em Saúde	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Transportes SETS	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Pessoal	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Coordenação de Recursos Humanos	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência Médica	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Gerência de Informática	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Desenvolvimento Humano	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00

Enfermeiro NEPP	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Enfermeiro NEPP	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão de Informática	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão Contábil	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Supervisão SETS	R\$ 22,00	1	22	264	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Vigia (Plantão 12 horas - Diurno)	R\$ 22,00	1	16	192	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Vigia (Plantão 12 horas - Diurno)	R\$ 22,00	1	16	192	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Vigia (Plantão 12 horas - Noturno)	R\$ 22,00	1	16	192	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
Vigia (Plantão 12 horas - Noturno)	R\$ 22,00	1	16	192	R\$ 484,00	R\$ 5.808,00
		34	724	8688	<b>R\$ 15.928,00</b>	<b>R\$ 191.136,00</b>

TOTAL ADM	QUANT DE CARTÕES	QUANT UNITÁRIA DE REFEIÇÕES FORNECIDAS - MÊS REFERÊNCIA.	QUANT REFEIÇÕES ANO	VALOR REFEIÇÃO MÊS	TOTAL VALOR ANUAL
	34	724	8688	R\$ 15.928,00	R\$ 191.136,00

TOTAL GERAL	QUANT DE CARTÕES	QUANT DE REFEIÇÕES MÊS	QUANT REFEIÇÕES ANO	TOTAL VALOR ANUAL
	140	2474	29688	R\$ 653.136,00

## 5. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

5.1. Será celebrado contrato cujo prazo de vigência será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

5.1.1. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

5.2. A prestação de serviços deverá ser iniciada, no menor prazo possível, não ultrapassado o limite de 3 (três) dias úteis, contados da retirada da(s) respectivas Ordem(ns) de Serviço.

5.3. A prestação de serviço deverá ter cobertura nacional, sendo obrigatória a manutenção mínima estabelecida no item 3.5.1 do presente termo, ou em qualquer outra localidade, no Estado de Minas Gerais, durante a vigência do contrato de prestação de serviço.

5.4. O recebimento do(s) serviço(s) no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

5.4.1. O fornecedor dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Ordem de Serviço.



5.4.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo fornecedor, irá os receber provisoriamente por 02 (dois) dias úteis, para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos, validade, outros pertinentes.

5.4.3. A aceitação definitiva dar-se-á em 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento, mediante recibo apostado na nota fiscal respectiva, observado o item 5.4.4.

5.4.4. Encontrando irregularidade estará interrompido o prazo para recebimento provisório e definitivo e a comissão/servidor providenciará a notificação do Fornecedor, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para sanar as irregularidades.

5.4.5. Aprovando o saneamento, a comissão receberá definitivamente o objeto mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

5.4.6. Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

5.5. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de execução, a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação, ficando, a cargo de a área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo na execução das atividades do **CONTRATANTE**.

5.6. Os cartões, e demais documentos, deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s):

CIAS – Departamento de Recursos Humanos

Endereço: Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3º andar, Bairro Cachoeirinha, Belo Horizonte / MG

Telefones de contato: (31) 98886-4474

E-mail: cias.dp.rh@gmail.com

Contato: Rafael Augusto Corrêa de Lima

5.5.1. Durante a execução, os locais de prestação de serviços poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será realizado mensalmente pela Coordenação Financeira e Contábil do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde, pelo serviço efetivamente executado, em até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal, ou documento equivalente, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização.

6.2. A fiscalização do contrato a ser firmado com o Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde será exercida pelo funcionário Rafael Augusto Corrêa Lima, matrícula 994, nomeado pela Portaria nº 19, de 04 de agosto de 2020, ou por outro funcionário designado pela Secretaria Executiva.

6.3. Caberá ao fiscal, sem detrimento das demais competências legais, expedir atestado de inspeção do objeto licitado, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.



6.4. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

## **7. DOS CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS**

7.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

7.1.1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa. Entendemos também ser conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela tendo em vista que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Relatório Técnico e devido à baixa complexidade do objeto desta licitação considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

7.2. Será permitida a participação de cooperativas para a referida execução do objeto, desde que os as atividades realizadas pelos cooperados não configurem pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado ou entre o obreiro e a administração pública. Não podendo ocorrer a incidência dessas características. Nestes moldes, não se vislumbra prejuízo à licitação, visto que amplia o número de licitantes interessados e, conseqüentemente, a competitividade.

7.2.1. Se houver contratação de sociedade cooperativa, na fase de eventual contratação, a gestão operacional do serviço deverá ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666/1993, de forma que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

## **8. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, esta área vem requerer a contratação de empresa para fornecimento e gerenciamento de vale alimentação/refeição, objetivando a manutenção das melhores condições para os funcionários do Consórcio.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2021

---

Bárbara Cristina Silva Cassemiro  
**Gerente de Recursos Humanos**  
**Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS**

**DE ACORDO:**

---

Diran Rodrigues de Souza Filho  
**Secretário Executivo**  
**Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS**



**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Gerenciamento de vale alimentação/refeição com fornecimento de cartões**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:**

1.1. Gerência de Recursos Humanos

**2. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:**

2.1. Bárbara Cristina Silva Cassemiro – Gerente de Recursos Humanos

**3. OBJETO:**

3.1. Constitui objeto do presente processo contratação de empresa especializada para gerenciamento de Vales Refeição e Vale Alimentação, com fornecimento na forma de cartões magnéticos, com chip de segurança, utilizáveis em estabelecimentos comerciais credenciados que atendam às condições, quantitativos e especificações mínimas, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para atendimento aos funcionários do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO VALE POR DIA	QTDE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	Gerenciamento de vale alimentação/refeição, com fornecimento na forma de cartões magnéticos	R\$ 22,00	140	R\$ 54.428,00	<b>653.136,00</b>

3.2 O descritivo do quantitativo completo do item encontram-se no **RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRIPTIVO PARA CONTRATAÇÃO**, parte integrante deste Termo de Referência.

**4. JUSTIFICATIVA:**

4.1. Justificativa da necessidade da contratação e do quantitativo:

A presente licitação visa à contratação de empresa especializada em fornecimento e gerenciamento de vale alimentação e refeição, por meio de cartão eletrônico, disponibilizados pela contratada e destinados à aquisição de gêneros alimentícios e/ou refeições em estabelecimentos comerciais, para serem utilizados pelos funcionários (efetivos, celetistas, comissionados e designação temporária) do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde. A contratação visa colaborar com melhores condições de alimentação de todos os funcionários do CIAS, favorecendo, assim, o bem-estar e a saúde, sendo que a opção por fornecer o benefício, em forma de cartão, objetiva facilitar a sua gestão e a operacionalização.

Cumprir destacar, que na 13ª Assembleia Extraordinária, de 07 de fevereiro de 2019, discutiu-se a respeito do vale alimentação e/ou refeição, e aberta a votação, os municípios consorciados entenderam pela manutenção da concessão do benefício, desse modo, a presente licitação visa



também atender a deliberação plenária. Destaca-se que na última Assembleia Geral deste Consórcio, realizada em 30/03/2021, o valor do vale foi reajustado de R\$ 14,00 para R\$ 22,00.

Conceder vale alimentação e/ou refeição é uma forma de valorizar o trabalhador e, sobretudo, de garantir a saúde e o bem estar, considerando que ao conceder benefício o Consórcio garante o acesso de seus funcionários a uma alimentação saudável, o direito humano a um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais, o que consequentemente refletirá na qualidade do serviço por eles prestados.

Para que se promova o benefício é necessário que cada funcionário tenha acesso à locais adequados, próximos ao local de trabalho e ao longo do trecho operacional ou às respectivas residências, conforme as suas conveniências, de forma que os seus gastos com refeições, alimentação e locomoção para tais finalidades sejam os menores possíveis. Desse modo, o cartão refeição e alimentação, além de cumprir seu caráter social, contribuirá de forma definitiva para que os funcionários do CIAS realizem refeições nos mais variados locais da rede credenciada da futura CONTRATADA, com qualidade, e custos os mais reduzidos possíveis, atendendo assim, ao princípio da variedade, norteador de uma boa alimentação e saúde. ‘

A contratação dar-se-á pela modalidade pregão, visto que trata-se de uma de prestação de serviços de vale alimentação, portanto, de um serviço comum, de caráter continuado, sendo este, rotineiro e permanente, a fim de assegurar a integridade do serviço ofertado pelo CIAS aos seus funcionários

**4.3.** Por se tratar de serviço de natureza comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item e menor taxa administrativa, em conformidade com a lei mencionada.

## **5. MODALIDADE:**

**5.1.** Pregão Eletrônico.

## **6. TIPO:**

**6.1.** Menor preço

## **7. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:**

**7.1.** A pesquisa de mercado realizada pela Gerência de Compras apontou, nos termos das especificações e necessidades o valor estimado de:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD DE PESSOAL	VALOR DO VALE POR DIA	VALOR MÉDIO DA TAXA DE ADM	QNTD MÉDIA ANUAL DE DIAS PAGOS	VALOR MÉDIO DA 2º VIA DO CARTÃO	VALOR MÉDIO MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO ANUAL DO BENEFÍCIO
1	GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, COM FORNECIMENTO NA FORMA DE CARTÕES MAGNÉTICOS.	140	R\$ 22,00	-0,70%	29.688	R\$ 8,81	R\$ 54.428,00	R\$ 653.136,00

7.2. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s): Manutenção dos Serviços Administrativos – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: 07.01.01.10.122.0001.2001.3.3.90.39.00.10.1.00.00

## 8. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

### 8.1. Habilitação Jurídica conforme art. 28 da Lei 8.666/93:

- 8.1.1. Cédula de Identidade, CNH ou outro documento equivalente do Sócio Administrador;
- 8.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.1.6. Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

### 8.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da Lei 8.666/93:

- 8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 8.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.2.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.2.6.** Tratando-se de licitantes reunidos em cooperativa será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.2.6.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
  - 8.2.6.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 8.2.6.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 8.2.6.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
  - 8.2.6.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - 8.2.6.6.** Além dos supramencionados documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa deverão ser apresentados os seguintes documentos:
    - 8.2.6.6.1.** Ata de fundação;
    - 8.2.6.6.2.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    - 8.2.6.6.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    - 8.2.6.6.4.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



**8.2.6.6.5.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

**8.2.6.6.6.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

### **8.3. Qualificação Técnica conforme Artigo 30 da Lei 8.666/93:**

**8.3.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### **8.4. Qualificação Econômico-Financeira conforme art. 31 da Lei 8.666/93:**

**8.4.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

**8.4.1.1.** Na hipótese em que a Certidão for positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

**8.4.2.** Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**8.4.2.1.** Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{AT}{PC + ELP}$$

LEGENDA:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

AT = Ativo Total

ELP = Exigível à Longo Prazo



- 8.4.2.2. Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **MAIORES** que 1,0(um), analisados individualmente.
- 8.4.2.3. Caso o licitante não alcance, nos cálculos dos índices financeiros, os resultados necessários exigidos no subitem 8.4.2.2, este deverá apresentar **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor total orçado para a contratação do objeto licitado.
- 8.4.2.4. A demonstração destes índices econômico-financeiros deverá ser feita através de memória de cálculo, apresentado em papel timbrado e assinado pelo Contador da empresa, com o devido carimbo do Conselho Profissional.

#### **8.5. Declarações:**

- 8.5.1. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.
- 8.5.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo da habilitação, na forma do §2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, firmada pelo representante legal da licitante.

### **9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

#### **9.1. Critério de julgamento: menor preço de taxa administrativa.**

- 9.1.1. A licitação será dividida em único item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para esse item.

#### **9.2. A proposta de preços deverá conter:**

##### **9.2.1. Especificação detalhada do objeto;**

##### **9.2.2. O preço mensal e anual do item e valor da taxa administrativa;**

- 9.2.2.1. Os valores unitário, mensal e anual devem ser apresentados em moeda nacional, em algarismo e por extenso com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 9.2.2.2. O valor da taxa administrativa deve ser apresentado em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 9.2.2.3. Os valores mensal e total devem ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.
- 9.2.2.4. Quando a divisão do valor total pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, os valores unitário e mensal



deverão ser adequados ao limite de duas casas decimais. O valor total obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado;

- 9.2.3.** Validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura;
- 9.3.** Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias corridos e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento e gerenciamento de vale alimentação/refeição, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a contratação.
- 9.4.** Não serão aceitos valores unitários para os itens que sejam superiores aos valores médios estimados na pesquisa de mercado.
- 9.5.** As cooperativas deverão apresentar também, modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas no art. 10, da Instrução Normativa nº 5/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.

## **10. DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE INÍCIO DO SERVIÇO:**

- 10.1.** Será celebrado contrato cujo prazo de vigência será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses
- 10.2.** O licitante deverá atender às convocações para do(s) contrato(s) e para retirada da(s) Ordem(ns) de Serviço no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da respectiva convocação, sob pena de incidência das sanções previstas no Edital.
- 10.3.** Celebrado o contrato, será emitida a devida Ordem(ns) de Serviço, devendo a prestação de serviços ser iniciada, no menor prazo possível, não ultrapassado o limite de 3 (três) dias úteis, contados da retirada da(s) respectiva(s) Ordem(ns) de Serviço.
- 10.4.** Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo, a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação para execução, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo na execução das atividades do **CONTRATANTE**.

## **11. DA REDE CREDENCIADA:**

- 11.1.** Após a assinatura do contrato, a **CONTRATADA** terá 15 (quinze) dias úteis para comprovar, mediante relação escrita, que possui as quantidades mínimas de estabelecimentos credenciados nas cidades relacionadas no **RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRIPTIVO PARA CONTRATAÇÃO**, assim como está credenciada ao serviço de alimentação e refeição por aplicativo

## 12. LOCAL DE ENTREGA:

A prestação de serviço deverá ter cobertura estadual, sendo obrigatória a manutenção mínima estabelecida no item 3.5.1 do **RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRIPTIVO PARA CONTRATAÇÃO**, durante a vigência do contrato de prestação de serviço.

**12.1.** O fornecimento dos cartões deverão ser entregues em local a ser indicado no contrato, preferencialmente na sede do **CONTRATANTE**.

**12.1.1.** Sede localizada à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3 andar no Bairro Cachoeirinha, no município de Belo Horizonte/MG, CEP 3110-130.

**12.2.** Durante a execução, os locais de prestação de serviços poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública.

## 13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

**13.1.** O(s) fornecimento e gerenciamento de vale alimentação/refeição deverá(ão) ser executado(s) nos locais designados, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar o transporte e a mão-de-obra necessária para tanto, a suas expensas.

**13.2.** A **CONTRATADA** somente poderá prestar os serviços nos horários e locais estabelecidos pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização, além das exigências e padrões definidos neste Termo de Referência.

**13.3.** O recebimento do(s) serviço(s) no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

**13.3.1.** A **CONTRATADA** dirigir-se-á ao local da execução dos serviços munida da Nota Fiscal e da Ordem de Serviço.

**13.3.2.** A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pela **CONTRATADA**, o(s) receberá provisoriamente por 2 (dois) dias úteis, para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes.

**13.3.3.** A aceitação definitiva dar-se-á em 03 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento, mediante recibo apostado na nota fiscal respectiva.

**13.3.4.** Encontrando irregularidade, a comissão/servidor providenciará a notificação da **CONTRATADA**, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para sanar as irregularidades.

**13.3.5.** Aprovando, o(s) receberá definitivamente mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

- 13.3.6.** Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.
- 13.3.7.** Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de execução, a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação, ficando, a cargo de a área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo na execução das atividades do **CONTRATANTE**.

#### **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 14.1.** O pagamento será realizado mensalmente pela Coordenação Financeira e Contábil do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde, pelo serviço efetivamente executado, em até 30 (trinta) dias corridos contados da aceitação definitiva da Nota Fiscal, ou documento equivalente, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização.
- 14.2.** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço prestado indicando quantitativo de cartões alimentação, refeição e seus valores.
- 14.3.** Deverão ser informados pela **CONTRATADA** no corpo da Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.
- 14.4.** Caberá ao fiscal, sem detrimento das demais competências legais, expedir atestado de inspeção do objeto licitado, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.
- 14.4.1.** A **CONTRATADA** deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados ao **CONTRATANTE**, nos quais sejam detectados defeitos, vícios ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregado observados os demais prazos previstos neste Termo de Referência e seu Anexo;
- 14.4.1.1.** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.
- 14.5.** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

## 15. RESPONSABILIDADES, DEVERES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 15.1. Das obrigações da CONTRATADA:

- 15.1.1. Executar os serviços, objeto do contrato, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.
- 15.1.2. Emitir notas fiscais/faturas no valor pactuado, apresentando-as ao **CONTRATANTE** para que ateste e ocorra o pagamento, na qual constarão as indicações referentes a: identificação da licitação e mês de referência.
- 15.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.
- 15.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto contratado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 15.1.5. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não.
- 15.1.6. Assegurar ao **CONTRATANTE** o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer item que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas.
- 15.1.7. Responsabilizar-se pela garantia da prestação de serviços dos itens contratados dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no contrato.
- 15.1.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários a plena execução da prestação de serviços dos itens contratados.
- 15.1.9. Não transferir para o **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da **CONTRATADA**, nem mesmo poderá onerar o objeto contratado.
- 15.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 15.1.11. Designar um representante para prestar esclarecimentos e atender aos questionamentos que porventura surgirem em virtude da contratação.



- 15.1.12. Comunicar ao fiscalizador da contratação, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à sua fiel execução.
- 15.1.13. A **CONTRATADA** deverá cumprir fielmente todas as condições constantes no Contrato.
- 15.1.14. Encaminhar ao departamento pessoal os cartões em envelope lacrado, com manual básico de utilização, devidamente reconhecidos e funcionando, no endereço Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º e 3º andar, Bairro Cachoeirinha, Belo Horizonte / MG, no horário comercial, conforme solicitado pelo Consórcio em até de 3 (três) dias úteis, para os cartões iniciais, contados da entrega da listagem com os dados dos empregados, e em até 5 (cinco) dias úteis os cartões provenientes de perda, roubo, furto e danificado (segunda via).
- 15.1.15. Refazer, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os cartões magnéticos que apresentem erro de emissão ou problemas de qualidade.
- 15.1.16. Emitir segunda via do cartão, em caso de roubo ou furto, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE** e seus usuários.
- 15.1.17. Garantir o bloqueio do cartão, em casos de perda, furto ou extravio, preservando o valor do benefício do usuário, imediatamente após a comunicação efetuada pelo departamento pessoal ou representante indicado.
- 15.1.18. A **CONTRATADA** será responsável, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, pela reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados, roubados ou clonados, bem como, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência, efetuada por representante indicado pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde, e creditá-lo a favor do beneficiário, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de comunicação.
- 15.1.19. Dispor de meio eletrônico e/ou telefônico para consulta de saldo disponível pelo usuário do cartão magnético e esclarecimentos de dúvidas relativas à utilização do benefício, bem como de software de gerenciamento dos créditos para o gestor do contrato.
- 15.1.20. Disponibilizar uma Central de Atendimento para desbloqueio e bloqueio do cartão por parte do usuário;
- 15.1.21. Disponibilizar uma funcionalidade sistêmica de cadastramento, solicitação e emissão de novos cartões;
- 15.1.22. Fornecer um treinamento de utilização do software de gerenciamento de crédito ao gestor do contrato e/ou responsável do Departamento de Pessoal, suporte para a implementação e operacionalização da tecnologia empregada, e disponibilizar um representante à disposição da **CONTRATANTE** para quaisquer eventualidades;



**15.1.23.** Disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços, para os beneficiários dos cartões:

**15.1.23.1.** Consulta de saldo e extrato dos cartões eletrônicos;

**15.1.23.2.** Consulta da rede de estabelecimentos credenciados;

**15.1.23.3.** Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano pela internet ou através de central telefônica (funcionamento em dias úteis em horário comercial);

## **15.2. Das obrigações do CONTRATANTE:**

**15.2.1.** Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa cumprir o que estabelece o contrato.

**15.2.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço dos itens contratados.

**15.2.3.** Atestar apenas notas fiscais/faturas em que constem o fornecimento contratado efetivamente realizado.

**15.2.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas do contrato e dos termos de sua proposta.

**15.2.5.** Nomear um Fiscal para gerir e fiscalizar a execução do contrato.

**15.2.6.** Rejeitar, no todo ou em parte a execução, se esta estiver em desacordo com a especificação e/ou a proposta de preços da **CONTRATADA**.

**15.2.7.** Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante a prestação de serviço dos itens contratados.

**15.2.8.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e/ou demais irregularidades constatadas no fornecimento dos itens contratados, fixando prazo para que sejam tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado.

**15.2.9.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**15.2.10.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares previstas na legislação, no Contrato.

**15.2.11.** Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

**15.2.12.** Enviar, mensalmente, a relação de cartões e quantidades que deverão ser creditadas;

15.2.13. Solicitar segunda via de cartões;

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A **CONTRATADA** deverá atender às convocações para assinatura dos instrumentos mencionados no Termo de Referência e para retirada da(s) Ordem(ns) de Serviço ou de outro instrumento equivalente à Ordem(ns) de Serviço.

16.1.1. O prazo para atendimento das convocações será de no máximo até 03 (três) dias úteis, contados da respectiva convocação.

16.1.2. Em caso de recusa em assinar os instrumentos necessários, será devido pelo infrator multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, sem prejuízo de possível cancelamento dos instrumentos mencionados no Termo de Referência e da(s) Ordem(ns) de Serviço ou de outro instrumento equivalente.

16.1.3. Em caso de recusa em aceitar e/ou retirar a nota ordem de serviço ou outro instrumento equivalente, será devido pelo infrator multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do instrumento recusado.

16.2. A **CONTRATADA** deverá reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da convocação/notificação.

16.2.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não.

16.2.2. Não será devido pagamento pelo período de paralisação prestação dos serviços e/ou do fornecimento contratado por culpa da **CONTRATADA**.

16.2.2.1. O pagamento devido, neste caso, será proporcional ao serviço efetivamente executado.

16.2.2.2. O prazo para pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

16.3. Não sendo realizadas as correções no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis previsto no item 15.2 e/ou no prazo convencionado com o **CONTRATANTE** previsto no item 15.2.1, inicia-se o período considerado como atraso injustificado por parte da **CONTRATADA**, **sujeitando a multa abaixo indicada**, até o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

16.3.1. Com fundamento no artigo 86 da Lei nº 8.666/93, por atraso injustificado na execução do contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito à multa moratória de 0,33%

(trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso até o limite de 9,9%, correspondente a até 10 (dez) dias corridos de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente - valor mensal - excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

- 16.3.2.** Somente se configurará atraso injustificado na execução do contrato ou, quando as incorreções foram sanáveis e a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e obrigações contratuais que não gerem inexecução total ou parcial do contrato, e que cuja contratação ainda traga vantagens à administração pública (**CONTRATANTE**);
- 16.4.** Transcorridos mais de 10 (dez) dias corridos após o término do prazo máximo previsto no item 15.2 ou do prazo convencionado previsto no item 15.2.1, estará configurada inexecução parcial do contrato.
- 16.4.1.** Configurar-se-á a **inexecução parcial** do contrato, os descumprimentos contratuais que não configurarem inexecução total ou atraso injustificado.
- 16.5.** Configurar-se-á a **inexecução total** do contrato, quando a **CONTRATADA**:
- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 05 (cinco) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;
  - b) Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
  - c) Incorrer em inexecução parcial por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 16.6.** Nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, pela **inexecução parcial ou total do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:
- 16.6.1.** Advertência por escrito.
- 16.6.2.** Multas, conforme os seguintes valores:
- a) **Na hipótese de inexecução parcial do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de rescisão contratual em caso de reincidência.
  - b) **Na hipótese de inexecução total do objeto**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e rescisão contratual.
- 16.6.2.1.** Na hipótese de conduta continuada, a sanção pecuniária maior absorve a menor.

- 16.6.2.2.** A multa prevista nas alíneas “a” e “b” deste item não poderão exceder a soma dos valores mensais a receber até o termo final do contrato.
- 16.6.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CIAS por prazo não superior a dois anos;
- 16.6.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;
- 16.7.** Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à **CONTRATADA**.
- 16.7.1.** Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 16.8.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 16.9.** Na aplicação de todas as penalidades, deverão ser observados e garantidos à **CONTRATADA** os princípios do contraditório e da ampla defesa, dispostos no art. 5º, inciso LV da Constituição da República de 1988.
- 16.10.** Os prazos para defesa em razão da abertura do processo administrativo punitivo e para o recurso contra a efetiva aplicação das penalidades serão de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da respectiva notificação.
- 16.11.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a **CONTRATADA** da plena execução do objeto contratado.
- 16.12.** Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexecutável.
- 16.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **19. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

- 19.1.** A gestão da contratação será realizada por funcionário designado pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde.



**19.2.** A fiscalização do contrato a ser firmado com o Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde será exercida pela funcionária Bárbara Cristina Silva Cassemiro, matrícula 1000, nomeado pela Portaria nº 003/2021 ou por outro funcionário designado pela Secretaria Executiva.

**19.2.1.** Contato: (31) 98886-4474- cias.dp.rh@gmail.com – Bárbara Cristina Silva Cassemiro

**19.3.** Caberá ao fiscal, sem detrimento das demais competências legais, expedir atestado de inspeção do objeto licitado, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

**19.4.** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

## **20. CONSÓRCIO:**

**20.1.** É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

**20.1.1.** Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa. Entendemos também ser conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela tendo em vista que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Relatório Técnico e devido à baixa complexidade do objeto desta licitação considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

## **21. SUBCONTRATAÇÃO:**

**21.1.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Pública, representada pela figura do Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde, como administração indireta dos municípios consorciados, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do **CONTRATANTE**.

## **22. DAS COOPERATIVAS:**

**22.1.** Será permitida a participação de cooperativas para a referida execução do objeto, desde que as atividades realizadas pelos cooperados não configurem pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado ou entre o obreiro e a administração pública. Não podendo ocorrer a incidência dessas características. Nestes moldes, não se



vislumbra prejuízo à licitação, visto que amplia o número de licitantes interessados e, conseqüentemente, a competitividade.

- 22.1.1.** Se houver contratação de sociedade cooperativa, na fase de eventual contratação, a gestão operacional do serviço deverá ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666/1993, de forma que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

### **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Constitui parte integrante deste Termo de Referência o **RELATÓRIO TÉCNICO-DESCRIPTIVO PARA CONTRATAÇÃO**.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2021.

---

Bárbara Cristina Silva Casseiro  
**Gerente de Recursos Humanos**  
**Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS**

**DE ACORDO:**

---

Diran Rodrigues de Souza Filho  
**Secretário Executivo**  
**Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS**



**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

<b>Todos os campos são de preenchimento obrigatório</b>		
Razão Social		
CNPJ		
Endereço		
Telefone/Fax		
Dados do Signatário - para assinatura do contrato		
Nome:	Cargo:	
Nacionalidade	Identidade	CPF
Declaro que nos preços propostos encontra-se incluso todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.		

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de vale alimentação/refeição, com fornecimento de cartões magnéticos, conforme especificações técnicas e condições comerciais, descritas e especificadas no Anexo I deste Edital.

TAXA ADMINISTRATIVA ...%								
ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD DE PESSOAL	VALOR DO VALE POR DIA	QNTD MÉDIA ANUAL DE DIAS PAGOS	VALOR MÉDIO DA 2ª VIA DO CARTÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO ANUAL DO BENEFÍCIO
1	GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, COM FORNECIMENTO NA FORMA DE CARTÕES MAGNÉTICOS.	140	R\$ 14,00	29.688	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...

Declaro ter pleno conhecimento do edital e a proposta acima especificada se encontra de acordo com o anexo I do Edital e do termo de referência, estando inclusas no preço todas as despesas inerentes ao objeto licitado, como deslocamento, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a contratação.

Validade proposta 60 (sessenta) dias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Identificação do proponente e Carimbo.



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº, \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ **DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição da República,** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Identificação do proponente e Carimbo.



**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante \_\_\_\_\_ é beneficiária da Lei Complementar 123/2006, na condição de \_\_\_\_\_ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante



**ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante do CIAS antes da abertura oficial das propostas;  
e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante



**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 4º, VII, DA  
LEI 10.520/02**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, para participar da licitação acima referenciada, instaurada pelo Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde - CIAS, DECLARA, para os fins do presente certame, que **cumpr** **plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital de Licitação acima referenciado, a teor do **art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02**, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_



**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

A empresa ....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Identificação do proponente e Carimbo.



## **ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO**

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**

#### **CONTRATO Nº XX/2021**

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA SAÚDE - CIAS E DE OUTRO A (INSERIR NOME DA CONTRATADA), NA FORMA ABAIXO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE – CIAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 97.550.393/0001-49, com sede à Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, nº 18, 2º andar, Cachoeirinha, no município de Belo Horizonte/MG, CEP: 31130-110, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Diran Rodrigues de Souza Filho, nomeado (a) pela Portaria nº....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *Diário Oficial de Minas Gerais* de ..... de ..... de ....., residente e domiciliado no município de Belo Horizonte/MG, e de outro lado, (INSERIR NOME DA PESSOA JURÍDICA/FÍSICA CONTRATADA E QUALIFICAÇÃO COMPLETA) com sede localizada à (INSERIR ENDEREÇO COMPLETO DA CONTRATADA), no município de (CIDADE/ESTADO), CEP: (XX.XXX-XXX), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) (INSERIR NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), portador da Cédula de Identidade nº (xxxxx) e inscrito (a) no CPF sob o nº (xxx.xxx.xxx-xx), sujeitando-se às determinações contidas na Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais disposições legais aplicáveis, resolvem firmar o presente contrato, vinculado ao processo licitatório nº (xxxx), com fulcro no art. [inserir o número do art. que fundamentou a contratação] da legislação supracitada, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de vale alimentação/refeição, com fornecimento de cartões magnéticos, conforme especificações técnicas e condições comerciais, descritas e especificadas no Termo de Referência, Edital e seus anexos decorrentes do **Processo Licitatório nº 005/2021 – Pregão Eletrônico nº 001/2021** que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

2.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato serão realizados pelo funcionário (a) – (INSERIR NOME DO FUNCIONÁRIO), matrícula (XXX), nomeado (a) pela Portaria nº



(xxx/20XX), ou por outro funcionário (a) especialmente designado pela Secretaria Executiva do Contratante.

**Parágrafo Primeiro** - A Secretaria Executiva do **CONTRATANTE** expedirá atestado, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** se compromete a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, bem como a fornecer todas as informações necessárias para o fiel cumprimento deste.

**Parágrafo Terceiro** - O acompanhamento e a fiscalização pelo **CONTRATANTE** não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

**Parágrafo Quarto** - O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas expressamente neste Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A **CONTRATADA** deverá iniciar a prestação dos serviços com a entrega dos cartões no Departamento de Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde em até 03 (três) dias úteis do recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação de sanções em caso de descumprimento.

3.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo para início da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo na execução das atividades do **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

4.1.1. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.2. Para sua prorrogação, caso necessária, serão observados os seguintes requisitos:

- a. O serviço tenha sido prestado regularmente;
- b. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- d. Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

e. Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ (inserir valor) (inserir valor por extenso) considerando os preços unitários abaixo:

TAXA ADMINISTRATIVA ...,%								
ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD DE PESSOAL	VALOR DO VALE POR DIA	QNTD MÉDIA ANUAL DE DIAS PAGOS	VALOR MÉDIO DA 2ª VIA DO CARTÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR MÉDIO ANUAL DO BENEFÍCIO
1	GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO, COM FORNECIMENTO NA FORMA DE CARTÕES MAGNÉTICOS.	140	R\$ 14,00	29.688	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da (s) seguinte (s) dotação (s) orçamentária (s):

6.1.1. (INSERIR A RESPECTIVA DOTAÇÃO).

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao serviço executado.

7.2. O pagamento decorrente dos serviços contratados será efetuado pela **CONTRATANTE** em moeda corrente nacional, mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega do documento fiscal correspondente ao período mensal apurado, devidamente atestada pelo **CONTRATANTE**.

7.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, encargos moratórios na base de juros de 1% a.m, capitalizados diariamente em regime de juros simples, acrescidos de multa de 1 % da fatura em atraso.

7.2.2. Considera-se pagamento em atraso, o pagamento efetuado 01 útil após o prazo previsto no item 7.2 do presente contrato, salvo eventuais suspensões em razão da hipótese prevista no item 7.3.



7.3. As eventuais incorreções nas Notas Fiscais/Faturas deverão ser identificadas e informadas à **CONTRATADA**, e o prazo para o pagamento será suspenso, voltando a correr a partir da data da reapresentação do documento ao Contratante.

7.4. No campo para descrição na Nota Fiscal/Fatura a **CONTRATADA** deverá informar os dados bancários para depósito, fazendo constar o Banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso a empresa opte por esta forma de pagamento. Em caso de pagamento via boleto, este deverá ser enviado juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.

7.5. Para fins de atualização financeira será utilizada a tabela do IPCA-E dos valores a serem pagos, desde o dia da entrega das Notas Fiscais de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

7.5.1. O valor atualizado será calculado pela fórmula:  $V = I/30 \times N \times VP$ , onde: V = Valor devido; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = IPCA-E e VP = Valor da prestação em atraso.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 8.1. Das obrigações da **CONTRATADA**:

8.1.1. Cumprir as obrigações do presente contrato nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

8.1.2. Emitir notas fiscais/faturas no valor pactuado, apresentando-as ao **CONTRATANTE** para que ateste e ocorra o pagamento, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade

8.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

8.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.1.4.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não, observando-se o disposto na “Cláusula Quarta” do presente contrato.

8.1.5. Assegurar ao **CONTRATANTE** o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer item que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste contrato.

8.1.6. Responsabilizar-se pela garantia do cumprimento das obrigações do presente contrato dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no Termo de Referência.

8.1.7. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem



como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários ao completo cumprimento contratual deste contrato.

8.1.7.1. Não transferir para o **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da **CONTRATADA**, nem mesmo poderá onerar o objeto deste contrato.

8.1.8. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.1.9. Designar um representante para prestar esclarecimentos e atender aos questionamentos que porventura surgirem em virtude da contratação.

8.1.10. Comunicar ao fiscalizador da Contratação, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à sua fiel execução.

## **8.2. Das obrigações do CONTRATANTE:**

8.2.1. Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa cumprir o que estabelece o contrato.

8.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, atestar as notas fiscais/faturas e o efetivo cumprimento das obrigações contratuais.

8.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas do contrato e dos termos de sua proposta.

8.2.4. Nomear um Fiscal para gerir e fiscalizar a execução do contrato.

8.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da Contratada, podendo rescindir o contrato nos termos previstos nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

8.2.6. Comunicar à **CONTRATADA** todas as irregularidades observadas durante a execução do presente contrato, fixando prazo para que sejam tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado.

8.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares previstas neste Contrato.

## **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

9.1. O objeto contratado será submetido à análise da Secretaria Executiva e do Fiscalizador do contrato, que deverá, dentre outros critérios, averiguar o seguinte:

9.1.1. A fiel observância das especificações constantes do Termo de Referência;

9.1.2. A perfeita identidade com o objeto encaminhado pelo **CONTRATANTE**;

9.2. O recebimento/aprovação dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

10.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **CONTRATANTE**, seus empregados ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **CONTRATANTE** obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

**Parágrafo Primeiro** - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesas, custos, obrigações ou prejuízos que venham a ser suportados pelo **CONTRATANTE**, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**Parágrafo Segundo** - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **CONTRATANTE**, este comunicará à **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CONTRATANTE**, nos termos desta Cláusula, deverão ser pagas pela **Contratada**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CONTRATANTE**, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) execução da garantia prestada se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. São condições gerais deste Contrato:



11.1.1. O presente contrato regular-se-á pelos preceitos de direito público aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos moldes do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

11.1.2. Este Contrato não poderá ser utilizado sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

11.1.3. Operações de reorganização empresarial tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao **CONTRATANTE**.

11.1.4. Qualquer tolerância por parte do **CONTRATANTE**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **CONTRATANTE** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

11.1.5. A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE** ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

11.1.6. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do **CONTRATANTE**, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, e reproduzidas no presente contrato;

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro:** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo Segundo:** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

1.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.1.3. Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS E PENALIDADES**

13.1. A **CONTRATADA** deverá reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

13.1.1. Caso haja algum fato fundamentado que atrase tal exigência, a **CONTRATADA** deverá solicitar e justificar ao fiscalizador do contrato a prorrogação do prazo estipulado, podendo esta solicitação ser aceita ou não.

13.1.2. Não sendo realizadas as correções no prazo máximo de 05 (cinco) previsto no item 13.1 e/ou no prazo convencionado com a **CONTRATANTE** previsto no item 13.1.1, inicia-se o período considerado como **ATRASO INJUSTIFICADO** por parte do **CONTRATADO**, sujeitando a multa abaixo indicada, até o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

a) Com fundamento no artigo 86 da Lei nº 8.666/93, por atraso injustificado na execução do contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito à multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso até o limite de 9,9%, correspondente a até 10 (dez) dias corridos de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente - valor mensal -, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

13.2.1. Somente se configurará **ATRASO INJUSTIFICADO** na execução do contrato, quando as incorreções foram sanáveis e a **CONTRATADA** deixar de cumprir os prazos e obrigações contratuais que não gerem inexecução total ou parcial do contrato, e que cuja contratação ainda traga vantagens à administração pública (**CONTRATANTE**);

13.3. Transcorridos mais de 10 (dez) dias corridos após o término do prazo máximo previsto no item 13.1 ou do prazo convencionado previsto no item 13.1.1, estará configurada **INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO**.

13.3.1. Configurar-se-á a **INEXECUÇÃO PARCIAL** do contrato, os descumprimentos contratuais que não configurarem inexecução total ou atraso injustificado.

13.4. Configurar-se-á a **INEXECUÇÃO TOTAL** do contrato, quando a **CONTRATADA**:

13.4.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 05 (cinco) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual;

13.4.2. Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

13.4.3. Incorrer em inexecução parcial por prazo superior a 10 (dez) dias corridos, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

13.5. Nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, pela **INEXECUÇÃO PARCIAL ou TOTAL do contrato**, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:

13.5.1. Advertência por escrito.

13.5.2. Multas, conforme os seguintes valores:

a) Na hipótese de **inexecução parcial do contrato**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de rescisão contratual em caso de reincidência.

b) Na hipótese de **inexecução total do objeto**, a **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de **multa compensatória** de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e rescisão contratual.

13.5.2.1. Na hipótese de conduta continuada, a sanção pecuniária maior absorve a menor.

13.5.2.2. As multas previstas nas alíneas “a” e “b” não poderão exceder a soma dos valores das faturas a receber até o termo final do contrato.

13.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CIAS por prazo não superior a dois anos;

13.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

13.6. Os valores das multas poderão ser descontados das faturas devidas à **CONTRATADA**.

13.6.1. Se o valor a ser pago a **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.6.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



13.6.3. Na aplicação de todas as penalidades, deverão ser observados e garantidos à **CONTRATADA** os princípios do contraditório e da ampla defesa, dispostos no art. 5º, inciso LV da Constituição da República de 1988.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE**

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

14.1.1. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

14.2.1. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**.

14.2.2. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela **CONTRATADA** antes da celebração do termo aditivo e constará no respectivo termo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE**

15.1. A **CONTRATADA** reconhece que o contratante compareceu neste negócio como agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do mesmo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. A publicação do extrato do presente instrumento contratual, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



18.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor.

Belo Horizonte, [inserir dia] de [inserir mês] de 2021.

Diran Rodrigues de Souza Filho  
Secretário Executivo  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE – CIAS**

[Inserir Nome do representante legal]

[Inserir Cargo do representante legal]

**[INSERIR NOME COMPLETO DA CONTRATADA]**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**



## **Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União**

ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;



CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:



- a) – Serviços de limpeza; b) – Serviços de conservação; c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção; e) – Serviços de copeiragem; f) – Serviços de reprografia; g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) – Serviços de auxiliar de escritório; k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de Office boy (contínuo); m) – Serviços de digitação; n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista; q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.



Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.



#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICH BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados

da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juizes Federais

do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho - ANPT



  
Dirceu Barcelos da Silva  
Diretor Financeiro  
CRE-MG: 089321/O

---

Adserte Adm e Terc de Mão de Obra EIRELI  
Dirceu Barcelos da Silva  
Diretor Financeiro